



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SETÚBAL
Realizada em 23 de maio de 2023

N.º 13/2023

PROJETO

Aos vinte três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezanove horas e doze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Setúbal, de acordo com o Edital n.º 65/2023, sob o registo n.º 1.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 e 3.

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição do Sr. Vereador Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

- 1. Deliberação n.º 719/2023 – Proposta n.º 28/2023 – GAP – Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos – SMS – Serviços Municipalizados de Setúbal - REJEITADA**

1. **Deliberação n.º 719/2023 – Proposta n.º 28/2023 – GAP – Tarifário de Resíduos Sólidos Urbanos – SMS – Serviços Municipalizados de Setúbal - Rejeitada**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 7 e 8.

Sr. Presidente – Disse que na última reunião de Câmara tinham falado sobre as preocupações relacionadas com o aumento substancial das tarifas dos resíduos. A tarifa tinha-lhes sido comunicada no mês de abril com retroativos a janeiro, significava que havia quem decidisse e a havia quem pagasse e, naquele caso, quem pagava eram os municípios e os municípios.

Os municípios deveriam ser ouvidos e ser respeitados, porque quando lhes surgia um novo tarifário que era obrigatório cumprir no mês de abril, com retroativos a partir de janeiro, não se tinha em conta a situação dos municípios. Tendo em conta a dificuldade em compreender aquela imposição e aquele aumento substancial dos valores, fizeram uma avaliação da situação, levando-os a considerar que seria preferível ter uma primeira abordagem sobre aquele problema, tal como fizeram na última reunião de Câmara e posteriormente numa reunião extraordinária para que pudessem tomar uma decisão.

Disse que tinham de decidir sobre a aplicação de uma tarifa, caso não fizessem quem teria de suportar todos os custos seria a Câmara Municipal e já bastava aquilo que tinha acontecido desde janeiro. Seria fundamental que tomassem uma decisão sobre a aplicação do tarifário para que a Câmara Municipal que não estivesse a suportar aqueles custos, que lhes eram imputados por uma empresa que não tinha o objetivo de um serviço público, era uma empresa que tinha sido privatizada e que ficara com 51% do capital, enquanto que os municípios ficaram com 49% e não tendo qualquer interferência nas decisões fundamentais, sendo obrigados a entregar os resíduos à respetiva empresa. Considerou que do ponto de vista constitucional deveria ser melhor avaliado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que tiveram a oportunidade de começar a discutir aquele tema na reunião passada, que não se colocava apenas ao Município de Setúbal, mas a todos os municípios que integravam a Amarsul, na área da Península de Setúbal. Disse que estavam a aprofundar o tema com mais informação, num contexto de discussão de uma proposta de aumento de 39% face ao tarifário em vigor. O tarifário proposto pela Amarsul era resultante da decisão final da ERSAR e estaria longe da racionalidade económica. Sempre que houvesse um investimento de fundo que justificasse aumentos significativos das taxas a cobrar, a operação normal que decorria daquilo que era o tratamento do lixo recolhido nos diversos municípios por parte da empresa, não fazia qualquer tipo de sentido que pudesse ter aquele nível de evolução em termos de preço e que pudesse ser taxado mais 39% em 2023, face àquilo que tinha sido em 2022.

Todos sabiam que quanto mais lixo fosse depositado em aterro, maior seria o preço a pagar, pelo que seria importante que conseguissem criar condições para que houvesse uma menor deposição de lixo em aterro. Aquelas condições poderiam ser criadas de duas formas, tal como tinham feito outros municípios, sendo através da recolha diferenciada de bio resíduos e com maior sucesso quando a recolha era feita porta a porta. Verificaram nos últimos dias a instalação de alguns contentores de bio resíduos na cidade, sabiam da existência de um projeto-piloto em Azeitão que tivera um início ténue, mas tinha sido o início de um caminho, no entanto, a redução da deposição em aterro decorria também daquilo que era o incentivo à separação dos lixos. Aquele incentivo, apesar da disseminação de ecopontos pelo concelho, não existia, porque para o cidadão, fazer ou não fazer a separação do lixo, fazer ou não fazer deposição dos plásticos no eco ponto amarelo, dos vidros no eco ponto verde, os papéis no eco ponto azul ou colocar tudo num Molok era absolutamente indiferente, não havia um único



incentivo. O incentivo fazia-se através do sistema “PAYT – (*Pay-as-you-throw*)” que mais cedo ou mais tarde iria ser aplicado, uma norma que derivava de uma normativa europeia, mas Setúbal ainda não tinha aplicado, no entanto, havia concelhos pelo país que já há alguns anos aplicavam aquele conceito, reforçando o sentido do utilizador/pagador, que iria criar melhores condições e o incentivo para que houvesse uma alteração de comportamentos na efetiva separação dos resíduos. Acontecia em Guimarães, na Maia, em Seia, Viseu e também os municípios que integravam a Resialentejo (Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M.) no distrito de Beja.

Referiu que em Guimarães era um caso paradigmático, tendo iniciado o processo no centro histórico em 2015, cobrindo cerca de 15% na recolha dos resíduos recicláveis, em 2022 a média do concelho aproximava-se dos 30% e no centro histórico onde o processo tinha iniciado os valores chegaram aos 50%. Disse que havia um caminho que ia sendo trilhado, sendo importante no que respeitava à separação dos resíduos e que posteriormente iria desonerar os cidadãos, no momento em que os resíduos tinham que ser tratados, em que era feito o processo de escolha daquilo que iria ou não para aterro, uma vez que já tinha sido devidamente separado. Disse que Guimarães era um município onde era cobrada a tarifa de disponibilidades com a fatura da água, mas onde aquilo que era o tratamento efetivo dos resíduos era cobrada à parte e a cobrança era feita com base nos sacos que eram vendidos. O município vendia os sacos para os resíduos que não eram diferenciáveis e oferecia os sacos para serem colocados na reciclagem, permitido aumentar a tonelagem do lixo que era tratado e reciclado. Tratava-se de um caminho que teriam de seguir, sendo que Guimarães começara em 2015, mas o Município de Setúbal ainda não tinha iniciado. Seria fundamental que pudessem fazer também aquela discussão, sendo importante trazer aqueles temas para a discussão, sabendo que a tarifa era tanto mais alta quanto maior fosse o volume de lixo que iria para aterro.

Questionou a razão por que naqueles anos que decorreram, desde que começaram a sentir aqueles aumentos muito significativos em 2020, o caminho do Município de Setúbal não tinha iniciado um caminho alternativo no que dizia respeito à recolha diferenciada do lixo, promovendo a separação do lixo no sentido de ter menos lixo depositado em aterro e por sua vez um menor incremento daquilo que seria a tarifa que lhes tinha sido apresentada.

Disse que não consideravam que fosse aceitável que nas atuais circunstâncias aumentassem a tarifa em 39%. Percebiam que aquilo que lhes era proposto seria a repercussão direta daquilo que era cobrado ao município junto do cidadão, quem produzia o lixo, mas entendiam que, naquele momento, a repercussão de 39% não era aceitável.

Disse que estariam disponíveis para acompanhar um aumento da tarifa que estivesse em linha com aquilo que tinha sido a proposta original da ERSAR, de um aumento indexado ao índice de preços no consumidor, à inflação de 2022, na ordem dos 5,9%, sendo aceitável seria justificável e seria compreensível, mas um aumento de 39% era algo que não estariam disponíveis para acompanhar.

Sr. Presidente – Disse que existiam duas componentes de quem pagava as tarifas, a Câmara Municipal e os munícipes, mas se os munícipes não pagassem teria de ser a Câmara fazê-lo. Tal como tinha vindo a chamar a atenção, a situação financeira da Câmara Municipal era uma questão central. Não fazia sentido uma tarifa daquela dimensão e a Câmara Municipal não poderia suportar a tarifa tal como lhes tinha sido apresentada. As finanças do município tinham alguma fragilidade, sendo fundamental o equilíbrio da situação financeira do município. Se não garantissem o equilíbrio das finanças municipais, estariam a colocar em causa a capacidade da Câmara Municipal em executar aquilo que seriam os seus compromissos e as suas responsabilidades, as competências próprias dos municípios. Atualmente os municípios ultrapassavam bastante aquilo que eram as suas próprias competências, substituíam-se a todo o momento ao Governo nos mais diversos serviços, fazendo sempre na perspetiva de melhor servir as populações em áreas fundamentais. A proximidade que os municípios tinham das populações faziam com que os municípios criassem sempre melhores condições, sendo parceiros do Governo, nas diversas áreas. A

título de exemplo referiu que a Câmara Municipal só pela transferência na área da educação, por custos que a Câmara Municipal assumira em nove meses, desde o dia um de abril de 2022 até ao dia 31 de dezembro de 2022, se cifrava em um milhão e trezentos mil euros, com tendência a alargar.

Chamou a atenção dos Vereadores para que não fizessem tudo aquilo da forma mais fácil e depois teriam que se confrontar com situações que seriam muito mais complicadas, quando a situação de recuperação das finanças dos municípios implicavam outras decisões que não seriam as melhores soluções para resolver os problemas das populações. Disse que já tinham passado por uma fase daquelas, muitos outros municípios também passaram por fases do reequilíbrio financeiro e os custos daquelas operações eram muito dolorosas, para os municípios e tinham consequências na vida dos munícipes, porque naquelas condições os municípios ficavam com condicionalismos de investimento e dar resposta aos problemas das pessoas muito maiores do que aqueles que tinham numa situação de equilíbrio financeiro.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A experiência de Guimarães e de outros municípios, sobretudo ligadas ao “PAYT”, sendo que Guimarães seria a mais avançada, os restantes municípios tinham sobretudo experiências-piloto, ainda estavam a testar e a verificar se seria viável a separação da cobrança dos resíduos com a água, não se tratava de experiências dos 300 municípios, eram experiências piloto de alguns municípios que decidiram avançar - e bem - e estavam a servir como elementos de estudo que ajudavam os outros municípios a perceberem como as coisas funcionariam. Não se tratava de haver um movimento dos 308 municípios estarem envolvidos naquele processo, uma vez que existia reservas em relação ao seu andamento, estando o mesmo a ser avaliado.

Relativamente às medidas na Península de Setúbal direcionadas para reduzir os resíduos, disse que tinham feito no dia anterior uma reunião com a Amarsul, tendo sido entregue um relatório do trimestre que iria enviar aos Vereadores, que revelava que o Município de Setúbal estaria entre os 3/4 Municípios da Península mais avançados na separação dos Bio resíduos e, sobretudo os orgânicos. Na Península de Setúbal existiam cinco municípios que, no início do ano ainda não tinham sequer a recolha de orgânicos. Por estar no grupo dos mais avançados, Setúbal tivera uma ligeira majoração no custo da TGR. O trabalho que tinha sido feito nos últimos tempos e o trabalho que estava a ser feito ia no sentido de aperfeiçoar a sua atividade, de ter ganhos de eficiência e de garantir que as coisas corressem melhor. O grande problema é que tinham do lado da alta, um sistema multimunicipal que era a Amarsul que não estava muito interessada naquela conversa. A Amarsul comportava-se como uma empresa que recebia os resíduos que chegava e não se envolvia com se envolviam outros sistemas na discussão com os municípios, com as melhores soluções, nos caminhos a adotar por todos de uma forma coletiva. Cada município estava *per si*, procurando as melhores soluções, sendo que em termos de economia de escala perdia-se bastante.

Relativamente ao sistema que envolvia a Tratolixo (Gestão de Resíduos Urbanos) tinha havido reuniões entre os municípios, adotando para os orgânicos soluções discutidas e definidas entre todos, que o sistema em alta adotara, sendo que todos os municípios faziam da mesma maneira.

Com a Amarsul nem sequer dava para começar a conversar. Todos os municípios tinham feito um grande esforço, sendo que todos eles eram geridos pelo Partido Socialista e pelo PCP, mas não tinha sido possível na assembleia geral da Amarsul garantir aquele tipo de lógica coletiva de trabalho. Para a Amarsul a lógica era que os municípios se desembrulhassem. Na última reunião disseram taxativamente “*Os aumentos de tarifa até agora não são nada, o que aí vem é que vai ser*”. Disse que estariam a falar do dobro ou do triplo da tarifa, porque havia diretivas comunitárias que o Governo português aceitara. Naquele sistema tinham depósito em aterro cerca de 76% a 80% e até 2030 teriam que depositar até 10%. Tratava-se de uma redução brutal, de acordo com a Amarsul tinha havido uma redução de 20% em 20 anos e em 7 anos teria de ser feita uma redução de cerca de 70%, o que implicaria muito investimento. Teriam de ir à tarifa para pagar os investimentos de alta e custear os investimentos da baixa para darem resposta aos novos sistemas de recolha,

porque teriam que investir muito para fazer os novos sistemas de recolha. Um sistema que pela sua lógica era fechado em si próprio, que era autónomo, que vivia da tarifa. No ano passado, o Município de Setúbal acomodara dois milhões, quatrocentos mil euros para não aumentar a tarifa, no período da pandemia e no período da crise económica. De acordo com os dados que tinham para 2023 iriam ter só na alta quatro milhões, cento e onze mil euros e a tarifa não cobria nada daquele valor e a atual tarifa já não cobria a recolha, já não conseguia garantir os investimentos no sistema de recolha, aquele que garantia a saúde pública.

A título de exemplo, referiu que tiveram uns incumprimentos pontuais da entidade que fazia a recolha dos enterrados e os Vereadores puderam verificar, inclusivamente a senhora Vereadora Patrícia Paz apresentara na reunião o que tinha acontecido, as pequenas falhas pontuais. Caso não houvesse dinheiro para pagar a quem recolhia, certamente que não haveria recolha e não valeria a pena discutir, significava que iriam ter aquela situação não pontualmente, mas generalizadamente. Era preciso perceber-se que estavam a tratar de uma área de atividade que era vital para a saúde pública e vital para o exercício das funções públicas do município e da resposta à sua comunidade. Não havendo condições financeiras aquela resposta não iria existir. A tarifa da Amarsul tinha aumentado muito, em 295% num período de cinco anos. Se alguém tivesse, tal como referira o senhor Vereador Joel Marques alguma, racionalidade económica naquilo e o município que aguentasse, o que não poderia ser feito daquela forma.

Disse que tinham em termos de exploração seis milhões e quinhentos mil euros de custos e o atual tarifário nem sequer garantia os seis milhões de euros. Em síntese, a proposta que fizeram de aumento em 39%, para não continuar a arrastar e alongar o défice tarifário, seria uma proposta que iria obrigar o município encaixar três milhões, quinhentos e noventa e um mil euros, que iria aumentando ao longo dos anos.

Referiu que havia uma forma de aliviar os municípios, que era muito mais dinheiro do que aquele aumento e que podia desaparecer da TGR. A TGR aumentara 227%, a TGR equivalia em Setúbal a um milhão, setecentos e oitenta e sete mil euros que eram pagos pelos municípios, que a Câmara recolhia e entregava diretamente à Amarsul, para depois poder ser entregue ao Governo, nem entrava nas contas da operação, seria uma entrada por uma saída. Aquele valor iria na totalidade para o Governo, não era uma taxa, era claramente um imposto, não tendo qualquer relação entre o custo da atividade e o seu pagamento, indo parar ao IGAMOT, à GNR, à PSP, à entidade licenciadora que era o Governo, ao Fundo Ambiental, que por sua vez distribuía ou não 30% pelos municípios e indo parar à APA cerca de 20%. Aquela taxa que na prática era um imposto não fazia sentido existir e bastava que desaparecesse a taxa para garantir que um milhão e setecentos mil euros deixasse de ter de sair dos municípios, estando na mão do Governo decidir acabar com a taxa.

Chamou a atenção para um aspeto interessante que não tinha referido na última reunião, que estaria relacionado com uma coisa que se chamava “valores de contrapartida”. A Amarsul financiava a sua atividade através de depósito em aterro, depositando quase 80%, através da produção de energia, que de acordo com o relatório da Amarsul não aproveitava 73% da capacidade produtiva de energia, e da separação e valorização de resíduos que era entregue à Ponto Verde e outras entidades, sendo que o retorno para a Amarsul daquela entrega tinha um preço administrativo que era fixado pelo Governo.

Desde 2016 que aquele valor não era atualizado, significava que a Amarsul estaria a perder por ano quatro a cinco milhões de euros, no entanto, aquele valor ia à tarifa, aumentando a tarifa. O Governo podia e devia intervir urgentemente na matéria dos valores de contrapartida, podia e devia intervir na TGR, podia e devia intervir no controlo dos preços que a Amarsul estava a praticar e podia e devia intervir nas metas que eram estabelecidas de uma forma completamente irracional.

A título de exemplo, referiu que era feita uma ponderação que no total dos resíduos produzidos em território urbano, 40% seriam de bio resíduos, significava que a meta seria de 40% na recolha de bio resíduos separados. Na realidade, nunca ninguém tinha atingido aquela percentagem, a Amarsul estaria nos 17%, a Câmara andaria por volta dos 15%, 20% ou 30%. Nos orgânicos a coisa era bem mais difícil. Tal como tinha referido na última reunião

de Câmara, aquele aumento cavalgante de preços estava a desmoralizar os munícipes de fazerem o seu trabalho ambiental, o que seria um mau sinal, no entanto, não poderia ser resolvido à conta dos cofres da Câmara em cerca de quatro milhões de euros. A proposta feita pelo senhor Vereador Joel Marque não daria para cobrir o IVA, porque aos valores que tinha referido ainda acrescia o IVA em 6%.

Disse que estava na hora e na altura de parar com aquele processo, e de todas as forças políticas, que na Península de Setúbal era transversal a todos os municípios, estando todos a acomodar verbas, tendo conhecimento que muitos dos municípios do Partido Socialista estariam a acomodar muitas verbas, estando muito aflitos com aquela situação, porque tudo aquilo não fazia sentido nenhum, o facto dos municípios pagarem à empresa Amarsul, que era detida maioritariamente pelo grupo económico “Mota Engil”. Sem qualquer outra medida de intervenção do Governo que era o responsável pela concessão, onde eram feitos os aumentos absolutamente bárbaros, não fazendo absolutamente nada sobre aquela situação. Seria necessário que o Governo fosse chamado a atenção para que fizesse alguma coisa, caso contrário seriam os municípios a pagar, tal como tinha sido dito pela senhora Diretora da Amarsul.

Relativamente às matérias em aterro, a preocupação com a gestão daquele processo com a maioria do depósito dos resíduos em aterro era muito grande, na medida em que o aterro do Seixal tinha uma esperança de vida de três anos e o aterro de Palmela tinha uma esperança de vida de seis anos. Disse que fazer funcionar um aterro desde o início do processo até ao fim era capaz de durar entre quatro a cinco anos. Colocava-se a questão, qual seria a estratégia daquela empresa, apesar de os municípios estarem desde sempre, desde a primeira hora, a exigir um plano estratégico que resolvesse aquele problema e que o colocasse com toda a clareza. Questionou quais seriam as alternativas e as soluções que estavam em cima da mesa. Recentemente começaram a estudar algumas soluções, nunca tinha sido aceite a proposta dos municípios de proceder à queima de resíduos na Valorsul, mas talvez fossem começar a estudar. Tratava-se de uma situação que não se aceitava, que não fazia sentido e que não poderia sobrar para os cofres do município.

Estava convencido que nenhum dos munícipes gostasse de ter aumentos de tarifas e certamente perceberiam que aquela situação não poderia continuar. A Câmara poderia ir buscar aos impostos e às suas receitas para resolver o problema, no entanto, não seria a forma mais correta de colocar a questão, mas em relação aos Serviços Municipalizados, em que a tarifa já nem sequer cobria a sua operação, os serviços só viviam da tarifa e se não tivessem dinheiro para garantir a operação não a faziam, porque não podiam fazer milagres. Mesmo as medidas que tinham sido faladas, exigiam para crescer nos orgânicos a recruta de doze motoristas, mas só apareceram nove, tinha sido proposto recrutar vinte cantoneiros, no entanto, apontavam para oito a dez, bem como a aquisição de mais duas viaturas. Aquele era o plano de investimentos dos Serviços Municipalizados e sem o aumento da tarifa não haveria plano de investimentos, caso contrário não poderiam pagar aos trabalhadores, o que estaria fora de questão. Teriam de garantir o básico, no entanto, aperfeiçoar, melhorar. Aquilo que tinha dito o senhor Vereador Joel Marques tinha sido muito bonito, mas tinha-se esquecido de perguntar à Câmara de Guimarães, quantos milhões investira naqueles sistemas e de onde tinha vindo aquele dinheiro, para saber que o aperfeiçoamento daquele processo exigia um investimento de muitos milhões e esses milhões em geral vinham da fonte de financiamento própria que seria a tarifa.

As coisas pareciam relativamente claras, um não aumento da tarifa naquele momento poderia criar no curto prazo problemas difíceis.

Referiu que já tinha sido aprovado um aumento de tarifa de 27% para o próximo ano. A responsabilidade política também tinha de estar naquela mesa em relação ao funcionamento do sistema. A repercussão poderia não ser muito boa e o melhoramento não se resolvia sem dinheiro por muito que se fizessem ganhos de eficiência, mas a Câmara Municipal de Setúbal estaria a fazê-los, por essa razão a Amarsul dizia que o Município de Setúbal era dos mais avançados nas várias soluções de recolha, mas tudo aquilo tinha custado muito dinheiro e custaria muito dinheiro fazer a sua manutenção, sendo que o sistema vivia da tarifa.

Os Vereadores tinham recebido um documento em que tinham sido colocados os números do ponto da situação, que não dava para passar ao lado.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Vereador Carlos Rabaçal que sabiam, para fazer alterações significativas da forma como tinha sido feita pela Câmara de Guimarães eram necessários investimentos, mas teriam que perceber se continuassem no mesmo caminho, de um investimento mais reduzido e em consequência teriam taxas mais altas, continuariam a gastar dinheiro e num futuro próximo iriam ter que fazer o investimento que não fizeram no passado, a encontrar sistemas alternativos. Sabiam que naquelas questões poderiam sempre optar por esperar, para ver como outros faziam, como as coisas corriam e depois seguirem ou poderiam optar por liderar o processo e procurarem outras alternativas.

Disse que havia diversos exemplos espalhados pelo país, sendo que Guimarães era o concelho que tinha a estrutura de recolha e tratamento de alternativa de lixo já completamente implementado, o concelho de Maia estaria a meio caminho e Seia estava num processo um pouco incipiente comparativamente com os outros dois. A Câmara Municipal de Setúbal tinha feito um caminho que poderia ser mais eficiente do que os restantes municípios da península, mas naquelas coisas teriam de se comparar com aqueles municípios, de entre os 308 municípios, que seguiam o caminho que obtinha melhores resultados e não apenas com aqueles que estariam à sua volta.

Disse que acompanhava aquilo que eram as preocupações do senhor Vereador Carlos Rabaçal, quer com a TGR quer também com o valor de contrapartida e não estaria sozinho com aquela preocupação, a APA naquele mês iria publicar os novos valores de contrapartida, valores mais elevados, seria uma revisão daquilo que eram os valores de contrapartida que estavam em vigor e também no âmbito do PERSU 2030 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) haveria possibilidade de reverter para os municípios, numa conta corrente com o Fundo Ambiental, 30% do valor pago em TGR, dependia daquilo que fosse o investimento feito na recolha seletiva de bio resíduos. Seria uma devolução em função daquilo que era o investimento feito e daquilo que era o trabalho feito na recolha. Num caminho que tinha de ser feito a montante, para quando chegassem a jusante fosse mais fácil fazer a separação dos lixos e não terem tudo descarregado em aterro. De acordo com a informação transmitida pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, para a Amarsul era indiferente a forma como o lixo chegava, porque era tratado como chegava, não incentivando a que se fizesse um trabalho a montante, teriam que ser os municípios a terem essa iniciativa e terem que ser os municípios a fazer os respetivos investimentos. O qual não seria fácil, com qualquer investimento seria oneroso, mas se tivesse sido feito no passado recente, de uma forma mais intensa do que aquilo que acontecera, atualmente para o Município de Setúbal e tendo em conta aquilo que era o lixo que entregavam e a forma de tratamento para o qual seria alocado, certamente que teriam a falar de valores distintos.

Sugeriu que fosse feita uma alteração à proposta. Nos termos do regimento propunham que no ponto 4 houvesse uma alteração de uma atualização 39% das tarifas de resíduos urbanos para uma atualização de 5,9% das tarifas de resíduos urbanos.

Sra. Vice-Presidente – Disse que lamentava que o senhor Vereador Joel Marques desconhecesse devidamente a realidade do Município de Setúbal, no que se referia à gestão de resíduos.

Disse que já tinha sido apreciado em reunião de Câmara os vários documentos e as várias candidaturas que foram feitas desde 2019 até ao presente, em que conseguiram equipar e apetrechar o serviço de higiene urbana, com oito novos camiões sendo dois deles com grua, duas carrinhas para recolha de verdes, mais de 10 mil contentores para os lares poderem fazer a recolha do *porta a porta*, incluindo os contentores de bancada para a separação dos orgânicos na freguesia de Azeitão, na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e uma parte da freguesia do Sado. Colocaram mais de 60 Molokes destinados à recolha de resíduos orgânicos, numa recolha coletiva, tendo em conta que as pessoas habitavam principalmente em prédios e que, dessa maneira seria difícil fazer a recolha *porta a porta*. O Município de



Setúbal tinha evoluído muito nesse sentido, enquanto outros municípios não o fizeram, porque os avisos que saíam eram especificamente para algumas cidades do país, obrigando a que o país andasse a várias velocidades naquela matéria. Os primeiros avisos que saíram eram só para municípios que tivessem população com mais de 70 mil habitantes, todos os outros municípios foram obrigados a ter uma velocidade diferente. O Município de Setúbal tinha mais de setenta mil habitantes e uma vez que cumpria o critério, conseguira concorrer, permitindo que ficasse mais bem apetrechado em comparação com outros municípios, razão pela qual existia a diferença de velocidades na Península de Setúbal, porque alguns municípios nem sequer puderam recorrer aos fundos comunitários. Tudo aquilo levava-os a um dos principais problemas daquela questão, tratava-se de uma questão nacional de falta de estratégia para aquela matéria.

Disse que tinha participado em várias ações com responsáveis do Governo onde, por exemplo, tinha sido dito que a nível de estratégia, o que importava era fazer qualquer coisa, podia ser compostagem, recolha de orgânicos, no entanto, as coisas não funcionavam daquela maneira. Através do estudo nacional feito pela APA, o Município de Setúbal tinha sido indicado como município para recolha de orgânicos e sempre que pretendiam apresentar candidaturas na área da compostagem levavam um zero, porque Setúbal era um município dos orgânicos. O que não tinha qualquer tipo de lógica, independentemente de poderem recolher orgânicos e contribuírem com matéria para a compostagem da Amarsul, os municípios também poderiam fazer nos seus quintais para usar em pequenas hortas, situação que no Município de Setúbal não teria financiamento como tinham outros municípios. A título de exemplo, referiu que o Município de Arganil não podia fazer recolha de orgânicos só podia fazer compostagem.

Tratava-se de escolhas que num país tão pequeno não fazia grande sentido, quando na realidade deveriam todos caminhar para os mesmos objetivos, os quais demoraram muito tempo a ser estabelecidos. Um dos argumentos da Amarsul, para que no ano anterior não tivesse determinado o período regulatório de três anos e ter tido uma tarifa transitória, deveu-se à falta de objetivos, porque o Governo também ainda não tinha traçado os objetivos. Entretanto os senhores Vereadores do Partido Socialista chegavam a reunião de Câmara e responsabilizavam os municípios pela situação dos resíduos em Portugal, quando os municípios eram um dos atores daquilo que era a gestão dos resíduos.

Disse que a tarifa de Guimarães em 2022 era a mais alta do que aquela que estavam a propor, no entanto, a tarifa variável em Guimarães era um pouco mais baixa. O Município de Guimarães optara pela tarifa de disponibilidade, aquela que era fixa para todos os consumidores, sendo ligeiramente mais baixa do que a tarifa variável, a qual seria em função dos metros cúbicos de água. Tratava-se de escolhas e de maneiras de gerir. Guimarães já tinha uma parte implementada do sistema PAYT, permitindo-lhes baixar a tarifa variável, mas mesmo com o sistema PAYT implementado, a tarifa de disponibilidade era dois cêntimos por dia mais alta do que a tarifa de Setúbal.

Se fossem falar dos municípios que estavam à volta do Município de Setúbal, o Município de Almada aumentara a tarifa dos resíduos em 25%, mas não sabiam tão pouco que aqueles valores iriam ser aprovados e provavelmente teriam que levar outros aumentos.

Independentemente do aumento tarifário que consideravam injusto, que inviabilizava o funcionamento dos serviços, era preciso perceberem o que todos iriam fazer. Se fizessem uma volta pela Internet e fossem ver as tarifas dos sistemas de gestão em alta, o de Setúbal era um dos mais altos, mas os outros não ficavam muito atrás. A título de exemplo, referiu que na Resialentejo, tinha a vantagem de ser uma empresa 100% pública e apenas era constituída pelos municípios, sendo as tarifas mais baixas, naquela altura estava em cerca de 53 euros a tonelada, sendo um valor ainda substancial. Aquele aumento brutal de tarifas estava a acontecer pelo país inteiro e atualmente já não havia tarifas abaixo dos 50 euros, o que seria deveras preocupante, tendo em conta os custos que estavam a falar por tonelada de recolha de resíduos.

Disse que ficaria bem aos senhores Vereadores do Partido Socialista, o compromisso de alterar a política dos resíduos, de alterar a estratégia dos resíduos, de penalizar quem fazia

várias embalagens para o mesmo produto, de colocar a TGR da forma que tinham anteriormente, de perceber se as verbas da TGR poderiam acomodar a tarifa dos próprios municípios e serem revertidas para os municípios que tivessem boas práticas. Os 30% que o Vereador tinha falado estariam relacionados com a questão da dívida, caso houvesse dívida aos sistemas em alta aquele dinheiro não regressava às câmaras municipais, se o sistema estava asfixiante significava que nada iria regressar às câmaras municipais, para além de desconhecem para onde iriam aqueles 30%, porque nunca existia o seu “report”.

Disse que era uma situação complexa, no entanto, colocar a questão apenas do lado dos municípios, para resolverem com mil e uma estratégias, poderia não ser a solução para o problema, porque estavam a falar de um país onde cerca de 80% de resíduos ia para aterro e valeria a pena perceberem como faziam para baixar aquela percentagem. Não seria somente os municípios os intervenientes naquele processo, uma vez que existiam muitos mais intervenientes naquele processo. Se pusessem a carga toda nos municípios seria muito difícil que as pessoas compreendessem qual seria a função dos outros “atores” no meio daquilo tudo. A função de uns seria fazer lixo e a dos outros seria acabar com o lixo, o que não estaria correto e certamente não iria ser a resposta do sistema. Deveria existir um compromisso de que aquela questão seria tratada de outra maneira e que os valores que teriam de cumprir junto da União Europeia e a nível nacional, teriam de ser conjugados não só com uma boa prática económica, com uma boa prática ambiental e social. Caso contrário as pessoas iriam começar a interrogar-se, o porquê de fazer tudo aquilo se depois não tinham qualquer tipo de benefício. Na prática aquilo que estavam a falar seria mais aumentos se nada se fizesse e em vez do próximo ano falarem em aumentos de 27%, deveriam falar na possibilidade de alterar a lei, os seus valores e a forma de conseguirem cumprir as metas estabelecidas, porque qualquer dia iriam vender lixo para os países do chamado “Terceiro Mundo”, que certamente não seria aquilo que todos desejariam.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que lhes tinham prometido na última reunião de Câmara que aquele tema fosse apreciado, estranhando que não tivesse sido enviada toda a informação necessária e que alguma dela tivesse chegado apenas naquele dia, porque um dos elementos que tinha sido mencionado pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, seria um relatório no qual revela que estavam entre os 2 ou 3 municípios mais avançados.

Disse que era importante que fizessem chegar aquela informação, sendo que muita daquela informação estaria em fontes abertas e seria facilmente localizado, no entanto, seria importante fundamentar bem a situação. Não seria necessário ser um especialista para entender o que estava ali em causa, porque o que estava em causa seria mais um aumento sobre os munícipes de Setúbal.

Disse que era um pouco incompreensível aquilo que verificavam no documento entregue, que tivesse existido aqueles aumentos para o ano 2020 de 45%, em 2021 de 10%, em 2022 de 33,3%, para o ano de 2023 fixavam um aumento de 39% e para 2024 tinha sido definido um aumento de 27,2%, o qual poderia vir a ser atualizado atendendo ao contexto em que se vivia.

Disse que teriam de fazer mais pelo ambiente e que os números apresentados, nomeadamente do trabalho feito pela Amarsul, que ainda tinha cerca de 80% dos resíduos depositados em aterro, revelavam pouco esforço para aquilo que era exigido aos municípios e aos munícipes.

Disse que tinham feito um conjunto de considerações, nomeadamente em matéria legislativa nacional e em matéria executiva nacional, tendo como destinatários a Assembleia da República, tendo a Câmara Municipal de Setúbal um distinto deputado do Partido Socialista, e também junto do Governo que era sustentado pelo Partido Socialista, pelo que seria importante ouvir aquilo que pensava o senhor Vereador Fernando José sobre aquele tema, uma vez que tinha sido feito um repto pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, no sentido de fazer uma alteração àquilo que era o “*Status Quo*” da atual situação, que pesava muito para o Município de Setúbal.

Referiu que o senhor Vereador Carlos Rabaçal tinha mencionado que durante o período da pandemia se tinha acomodado aquele aumento de tarifário, sendo compreensível atendendo às circunstâncias que foram vividas.

Disse que lhe tinha sido prometido pela Câmara Municipal o assumir, através dos Serviços Municipalizados, que a água seria mais barata em Setúbal. Verificava-se que a água estaria um pouco mais barata em Setúbal e que diminuía o peso da fatura da água e, como tal consideravam que aquela questão teria de ser muito bem ponderada. Disse que havia como que um acelerar daquela questão, politicamente não seria uma surpresa, mas seria algo que estava menos saliente no debate político. Disse que não tinha havido nenhuma tentativa de acomodar aquele défice tarifário que tinha sido sempre assumido pela Câmara e os valores estariam na sua totalidade em dez milhões, seiscentos e cinquenta mil euros, dos quais só seriam repercutidos nos setubalenses cerca de cinco milhões, setecentos e oitenta euros. Aquela questão seria resolvida através da repercussão direta nos munícipes, num momento de crise, num momento difícil e o Município continuaria a acomodar aquele défice tarifário com o aumento de 39%.

Disse que gostaria de ter mais elementos, de ouvir aquilo que parecia um desafio à questão colocada pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal. Seria importante ouvir o que o Partido Socialista pensaria sobre todo aquele processo, porque do pouco que sabiam e daquilo que se procurava em fontes abertas, estariam a contribuir para uma empresa que não dava retorno aos cidadãos dos valores que estavam a receber. Em termos ambientais era um desastre e em termos financeiros era uma situação em que estavam com uma companhia rentista, com uma companhia majestática, mais uma em Portugal, que sugava parte daquilo que era o rendimento dos cidadãos para os fins que não deveria.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que já sabiam que na opinião da CDU, os Vereadores da oposição, pelo menos os Vereadores do Partido Socialista desconheciam sempre o que se passava no concelho. Lamentava que se mantivesse aquela visão que seria enviesada, no entanto, conviviam muito bem com isso. Disse que não estavam a falar de investimento para a manutenção do “*Status Quo*” ou de um projeto que lhes parecia tímido a recolha de bio resíduos em Azeitão. Falavam de investimento numa alteração de estratégia que promovesse a separação dos resíduos de forma que os munícipes sentissem um efetivo incentivo para separar o lixo.

O Município tinha feito um investimento - e bem -, mas em viaturas de recolha, que para os cidadãos era exatamente a mesma coisa fazer ou não fazer a separação do lixo, para os cidadãos em termos práticos não havia um incentivo com aquilo que era o nosso modelo tarifário e o nosso modelo de recolha de lixo, para fazer ou não fazer a separação do lixo.

Em termos financeiros não havia um verdadeiro incentivo para os cidadãos, ao contrário daquilo que acontecia em Guimarães. A senhora Vice-Presidente dissera que o Guimarães cobria uma tarifa de disponibilidade mais elevada do que o Município de Setúbal, o que seria um facto, mas a tarifa variável que era aplicada em Guimarães não era cobrada, tal como acontecia em Setúbal, em função daquilo que era o consumo de água, que era completamente desproporcional, sendo cobrado em função daquilo que era a efetiva produção de resíduos e seria cobrada, considerando também aquilo que era a efetiva separação de resíduos, coisa que em Setúbal não acontecia. Como estavam a falar de modelos diferentes naquilo que era o início de todo o processo, que era a deposição do resíduo no local onde seria recolhido para ser entregue e ser tratado, e seria no início do percurso que teria de ser feito o investimento que viesse fazer aquela diferenciação e que criasse as condições para que os munícipes tivessem um incentivo. O incentivo naquele caso, iria muito mais para além daquilo que era a consciência ambiental de cada um e a boa sensação de fazerem algo pelo ambiente quando faziam a separação do lixo. O incentivo financeiro era saber se não separasse pagaria mais do que se fizesse a respetiva separação, sabendo que se não separasse iria para aterro, sendo cobrado um valor superior e se fizesse a separação estaria a contribuir para que o Município pagasse menos e para que lhe

repercutido um valor mais baixo, ficando o munícipe muito mais interessado em ter o incentivo de fazer a separação do que não havendo incentivo absolutamente nenhum. Mais cedo ou mais tarde, se continuassem a incrementar aquilo que era o valor da tarifa, se continuassem a repercutir sobre os cidadãos aqueles aumentos absolutamente inaceitáveis, as pessoas iriam chegar à conclusão que era ambientalmente, mas que seria a conclusão possível, que seria absolutamente indiferente fazer ou não fazer o esforço de reciclagem do lixo, passando os resíduos a serem depositados como um todo, indo agravar o problema em vez de procurarem soluções.

No que se referia à TGR, estaria previsto que houvesse por parte do Fundo Ambiental uma conta corrente com os municípios, com a possibilidade de uma devolução de 30% em função daquilo que era o investimento na recolha de bio resíduos. Caso houvesse uma dívida dos municípios os 30%, por ser uma conta corrente, não regressavam, mas serviam para saldar dívida e acabaria por ter o mesmo efeito. Tratava-se de dinheiro que iria para os municípios, que poderia servir para pagar uma dívida que os municípios já tinham contribuído sem ser saldada e caso não houvesse dívida para voltar aos cofres municipais.

Disse que o senhor Vereador Paulo Calado estaria particularmente interessado em saber qual era a posição dos Vereadores do Partido Socialista sobre alterações legislativas. Disse que estavam a discutir o aumento de tarifa e, infelizmente, naquela Câmara não poderiam contribuir para alterações legislativas naquele nível. No entanto, a posição dos Vereadores do Partido Socialista tinha ficado bem clara no que respeitava àquilo que entendiam que deveria ser o caminho quer na votação daquela proposta, com a qual discordavam e para a qual apresentaram nos termos do regimento, uma proposta de alteração, que teria de ser colocada a votação e também naquilo que era a forma como entendiam que deveria ser o futuro de recolha de resíduos.

Disse que não poderia deixar de recordar que se não tivesse sido a privatização da EGF em 2014, pelo Governo do PSD, provavelmente não estariam ali a discutir um aumento de 39%, certamente seriam contas de outros “rosários” que o senhor Vereador Paulo Calado estaria menos interessado em discutir e em contar.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o aumento do tarifário de 39% feito naquela altura representava para as pessoas, um aumento tarifário no valor de 18,5%. Aquele valor serviria rigorosamente para garantir o funcionamento dos serviços.

Disse que recolhiam o lixo diariamente e estavam a implementar todos os dias a separação dos Bio resíduos e os orgânicos, e tudo isso tinha custos.

Disse que tinha sido referido pelo senhor Vereador Joel Marques, que seria inenarrável e inaceitável o aumento da tarifa, utilizando termos de contestação ao aumento da tarifa, mas depois tirava a conclusão que deveria ser o Município, ficando o problema resolvido, sendo exatamente a mesma coisa que tinha dito no dia anterior à senhora Diretora executiva da Amarsul.

Disse que seria bom saber do que estariam a falar, uma vez que não estariam a falar de definir uma estratégia de um processo que estava estabilizado e de estabelecer uma melhoria com meios e com recursos bem definidos, mas estavam a ver se prosseguiam uma estratégia sem recurso ou com muito poucos recursos e procurar melhorar o trabalho com poucos recursos, tal como tinha referido a senhora Vice-Presidente - e muito bem -, fazendo um esforço tremendo para melhorar. Também poderia dizer que em determinada cidade da Suíça seria melhor do que a cidade de Guimarães, fazendo termo de comparação com os suíços, pelo que não valeria a pena ir por essa comparação. Disse que estavam na Península de Setúbal, num sistema concreto, não sendo o sistema de Guimarães, do Porto, de Lisboa ou do Algarve, mas num sistema concreto, com um comportamento muito desadequado que estava a criar dificuldades tremendas ao conjunto daqueles municípios. Aquela era a realidade da situação.

Disse que não existiam incentivos logo a partir do sistema em alta e a partir da estratégia nacional para os resíduos, porque existiam países em que as pessoas colocavam a garrafa e



recebiam uma senha que dava direito a um tipo de retorno, e já em tempos idos as garrafas eram devolvidas nas lojas e recebia-se o valor da garrafa (vasilhame).

Existiam mil soluções, mas que atualmente ninguém estaria interessado nelas. Ao nível dos sistemas apenas estavam interessados em sacar dinheiro e aproveitar enquanto era tempo até rebentar e quando rebentasse seriam os municípios a tomar conta. Aquele era o “filme” que estaria montado, os municípios não conseguiam aguentar com tudo aquilo e os senhores Vereadores sabiam bem que não conseguiam e estavam ostensivamente a permitir que isso acontecesse.

Disse que estava nas mãos do Governo do Partido Socialista resolver a TGR, que não tinha qualquer sentido. Informou o senhor Vereador que a questão do “Fundo Ambiental” era uma mentira, porque só alguns conseguiriam chegar ao Fundo Ambiental e era preferível ter o dinheiro do lado de cá, do que do lado de lá, porque sabiam o que deveriam fazer ao dinheiro. Tudo aquilo significava que era o Governo que mandava no Município de Setúbal e decidia pelos projetos que seriam comparticipados. Questionou o senhor Vereador Joel Marques se seria normal aquela situação.

Disse que 100% da TGR iria para o Governo para cobrir despesas do Orçamento de Estado e não para cobrir nenhum serviço prestado por ninguém. O Governo do Partido Socialista se quisesse poderia acabar com a TGR em qualquer altura e com a tarifa da Amarsul.

Questionou sobre quem tinha definido a tarifa da Amarsul e terá respondido que tinha sido a ERSAR.

Questionou sobre a quem pertencia a ERSAR, à qual terá respondido que pertencia ao Governo, o qual homologara os preços através do seu Secretário de Estado.

O Governo poderia parar com o crescimento dos preços, o Governo poderia fixar os valores de contrapartida de forma adequada ou até majorada se quisesse e pelo contrário, quando não atualizava o preço, as empresas ficavam com o dinheiro que não ia para o sistema, significava que o valor da diferença da tarifa não era devolvido aos municípios. O Governo PS podia e devia intervir no resgate das metas, porque tinham metas que não faziam sentido. As metas tinham de ser bem discutidas, ajustadas à realidade que tinham, ajustadas aos meios e recursos que tinham e não a metas aleatórias. Disse que era preciso discutir as metas com rigor, desde logo as que a União Europeia impunha, tendo em conta as condições que o país tinha, porque Portugal era o país que tinha mais pobres dos restantes países da Europa, era o país que tinha dos salários mais baixos da Europa e de repente, de um dia para o outro, passou a ser o país que tinha de atingir os mesmos patamares e as mesmas metas dos países europeus mais desenvolvidos. Questionou se estariam a brincar com tudo aquilo.

O Governo do PS podia e deveria intervir naquela matéria e em última análise o Governo do PS poderia e deveria resgatar a concessão. Disse que era muito bom dizer e era verdade que tinha sido o PSD que tinha privatizado, no Governo de Passos Coelho e Moreira da Silva, Ministro do Ambiente, mas também era verdade que um ano depois tiveram um Governo do Partido Socialista e continuavam a ter um Governo do Partido Socialista, que nunca resgatou aquela concessão e nunca fizeram qualquer avaliação positiva daquela concessão por parte dos municípios que, na realidade, eram os alvos da intervenção. Uma coisa seriam os diretores, os dirigentes que eram pessoas respeitáveis, a outra coisa era a política daquela empresa.

Disse que o PS deveria resgatar de imediato aquela concessão e devolver a gestão em alta aos municípios da Península de Setúbal, como tinha sido no início da Amarsul. A Amarsul começara por ser um sistema intermunicipal, transitou para o sistema multimunicipal com o Sócrates, com a ameaça de não obterem fundos comunitários caso não integrassem o sistema intermunicipal, com a liderança da EGF associada à Águas de Portugal. Posteriormente, o Governo do PSD decidira privatizar a EGF e o PS mantiveram-na privatizada, afastando os municípios da capacidade de decisão.

Disse que interessava garantir que o sistema voltasse às mãos dos municípios para poderem debater com o Governo as soluções, a estratégia e os caminhos que serviam as suas populações.

Em assembleia geral da Amarsul, mesmo que todos os municípios divergissem da opinião da EGF, o que contava sempre era a opinião da EGF, significava que a opinião dos municípios não riscava nada, uma vez que existia um cardápio de propostas feitas pelos municípios ao longo dos últimos anos, que nunca foram aceites pela EGF. O Governo PS tinha todas as condições e devia imediatamente intervir naquela matéria, que permitiria definir estratégias para a região, sendo que atualmente não era possível definir estratégia para a região naquelas condições.

Informou o senhor Vereador Paulo Calado que o executivo CDU baixara o preço da água, mas aquele aumento tarifário iria equilibrar a fatura que estava mais baixa, iria ficar quase equilibrada em relação ao passado. O que tiveram com a concessão da Águas do Sado tinha sido a total incapacidade de falar dos problemas todos que existiam, porque a Águas do Sado fazia o que bem queria e entendia. Atualmente aquilo não acontecia, porque começavam por participar em fóruns, a discutir as questões de água, aprofundar as matérias. A situação que tinham com a Amarsul era semelhante à concessão das Águas do Sado, tratava-se de um bloqueio à capacidade dos municípios intervirem, à capacidade de definirem os seus próprios objetivos e à capacidade de definirem as suas estratégias de uma forma integrada e coletiva no conjunto da região, porque era daquela forma que teriam que trabalhar. Tudo aquilo envolvia todos os municípios e garantia seguramente que os responsáveis dos municípios do Partido Socialista, caso estivessem a ouvi-lo, certamente que concordariam consigo, porque era necessário definir uma estratégia regional para os resíduos, que só seria possível se a gestão de alta estivesse na mão dos municípios. O Governo do PS tinha cinco coisas que poderia fazer para melhorar a situação e reverter todo aquele processo, permitindo que pudessem tratar de uma forma mais séria. Naquele momento, aquilo que se poderia fazer seria garantir meios e recursos para fazer o melhor possível o trabalho que tinham em mãos, daí terem apresentado aquele tipo de proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a discussão essencialmente estava feita, mas era importante reforçar, porque o senhor Vereador Carlos Rabaçal voltara a insistir na questão do valor da contrapartida, que era uma questão relevante a qual também acompanhavam, no entanto, o valor da contrapartida estava em processo de revisão, sendo uma informação pública desde o mês de abril. Tratava-se de um processo de revisão que se estimava que estivesse concluída em maio e que os novos valores de contrapartida fossem publicados em maio, com a intenção de que o novo valor de contrapartida pudesse vir a compensar aquilo que eram os custos de operação, indo no sentido daquilo que tinha sido dito pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, conforme referira nas entrevistas dadas pelo Secretário de Estado do Ambiente no mês de abril.

Informou o senhor Vereador Carlos Rabaçal que não podiam fazer a leitura que o mesmo tinha feito sobre o aumento da tarifa, porque a tarifa não aumentava 18%, mas 39% de acordo com o que seria a proposta do executivo CDU. Não poderiam fazer uma análise daquilo que era a média do aumento no decorrer do ano, aquilo que se iria repercutir no cidadão eram 18,5%, quando na verdade o aumento era de 39%, porque quando chegasse ao próximo ano e o senhor Vereador trouxesse uma proposta de aumento de 27%, caso se mantivesse a previsão de aumento tarifário que lhes tinham sido apresentadas, aqueles 27% não iriam incidir sobre a tarifa de 2022 mais os 18,5%, mas iriam incidir sobre a tarifa 2022 mais 39%. Disse que o executivo estava a fazer uma proposta que seria efetivamente de 39%, no entanto, diziam que para as pessoas seria mais ou menos 18,5%, porque já estavam a aplicar a meio do ano. De acordo com a tarifa que era aplicada ao longo do ano, seria uma média que não corresponderia à realidade, naquilo que era a proposta de aumento que lhes tinha sido apresentada, não podendo fazer a análise daquela forma, porque não poderia corresponder depois àquilo que seria a realidade dos valores.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou o senhor Vereador Joel Marques que sabia que o valor da contrapartida estava a ser avaliado e tinha ouvido falar que o mesmo poderia ser atualizado em cerca de 20%, no entanto, estavam a falar de um valor que não era atualizado

desde 2016. A tarifa e a TGF eram aumentadas em quase 300% desde 2019 e o valor da contrapartida a partir de 2016 era aumentado em 20%.

Questionou do que é que estariam a falar.

Em relação àquilo que o senhor Vereador Joel Marques tinha acabado de falar sobre o valor da tarifa, disse que tinha razão, porque se tinha expressado mal, aquilo que pretendia dizer era que o impacto nas contas da Câmara era como se tivesse sido um aumento de 18,5%, porque iriam receber a meio ano, com a tarifa de 39%, e que o impacto financeiro real era como se tivesse sido uma tarifa de 18,5%.

Sr. Presidente – Disse que já muito tinha sido dito sobre aquela questão. Disse que não tinha em seu poder os valores atualizados, mas a cobertura da população do Município de Setúbal na recolha de resíduos orgânicos ultrapassava os 25% da população do concelho.

Aquilo que o senhor Vereador Joel Marques dizia, que o executivo não tinha feito nada para isso, não era verdade.

Disse que tinham feito um esforço, apesar da pandemia, porque nunca poderiam esquecer que tinham sido dois anos muito difíceis para todos, afetando todos os serviços no âmbito de todo um trabalho, que se foi organizando ao longo do tempo e que em dois anos praticamente terá ficado tudo em causa. Tinha sido necessário recuperar aquele trabalho.

Referiu que poderia garantir que mais de 25% da população do concelho de Setúbal estava no processo de recolha dedicada de resíduos orgânicos. Desconhecia a situação nos outros municípios integrados no sistema da Amarsul, mas por aquilo que conhecia tinha sido um esforço significativo e até de envolvimento das populações nesse sentido.

Disse que se olhasse para a situação a nível nacional a coisa seria uma pouco mais complicada. Alguns anos atrás deixaram de chamar lixos e passaram a chamar resíduos, porque começaram a falar da importância da valorização e criaram um sistema nacional e até uma empresa, que tinha como projeto de intervenção a sensibilização da população nacional para a separação. A responsabilidade era do Governo, porque era o Governo que acompanhava o projeto, tendo questionado onde estariam as campanhas de sensibilização nacionais. Recentemente tinha sido publicado o que estava a ser feito em termos de recolha seletiva, que não chegava a 10% em Portugal.

Questionou os vereadores de quem seria a responsabilidade, se seria dos municípios ou de quem tinha a responsabilidade a nível nacional, para sensibilizar os munícipes e também os municípios da recolha seletiva. Disse que era uma pergunta que deveria ser feita e deveriam ser assacadas as responsabilidades a quem as tinha.

Apesar dos dois anos de pandemia, o Município de Setúbal tinha uma cobertura de mais 25% da população, certamente estaria num caminho bastante interessante, não seria muito bom, sendo que o objetivo passava por dar continuidade àquele processo, no entanto, todos sabiam que aqueles processos tinham custos significativos.

Referiu que dentro de algum tempo, os resíduos orgânicos que não pagavam nada, iriam começar por pagar. Uma empresa como aquela, que era uma empresa privada, com uma visão e uma gestão privada, apesar de 49% do capital ser dos municípios, procurava tirar o máximo proveito da sua atividade de exploração, eram riscos que estavam sujeitos e era importante que soubessem a cada momento fazer as avaliações e atribuir responsabilidades a quem as tinha, por parte dos sucessivos Governos.

Disse que se tratava de um processo que se arrastava há vários anos, não havendo a evolução positiva no sistema separativo. Quando falavam em PERSU I (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) e PERSU II, estariam a falar sempre em planos, que na prática o resultado era aquilo que se verificava. Perante aquele quadro, quem pagava eram os municípios ou os munícipes. Tal como tinha sido referido pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, as diretivas vinham da União Europeia e eram medidas pela bitola maior, porque seria dos rendimentos, da distribuição dos salários na União Europeia e em Portugal verificavam comparativamente com Espanha, o salário mínimo era três vezes menos, comparado com o da França seria cinco vezes menos. Perante aquela realidade, questionou qual seria a responsabilidade do Estado, independentemente da cor dos governos.

Questionou a razão pela qual os governos nunca tomaram uma iniciativa concreta no sentido de assumir as responsabilidades que tinham, no sentido de arranjar formas de fazer as campanhas de sensibilização que deixaram de ser feitas, e para garantir que as empresas apostassem na separação, para que progressivamente os munícipes considerassem que valia a pena fazer a separação, porque certamente teriam algum resultado. Quando se verificava que não tinham nenhum resultado saberiam quais seriam as consequências. Cada município fazia, tal como acontecia com o Município de Setúbal, dentro da sensibilidade que tinha para aquele tipo de problemas.

No que se referia à TGR não tenho dúvidas que a Associação Nacional de Municípios mais tarde ou mais cedo iria tomar uma posição, caso o Governo não o faça, uma vez que a situação era insustentável. O senhor Vereador Joel Marques disse que havia um compromisso de haver um retorno de 30% para os municípios. Questionou o senhor Vereador Joel Marques se tinha alguma comparação com os municípios a investir em sistemas de recolha de orgânicos, com os 30% que eram devolvidos.

Quando a CDU tomara posse na Câmara Municipal de Setúbal em 2002, Setúbal era o único município da Península de Setúbal que ainda não tinha entrado na Amarsul. Nessa altura, havia uma empresa a quem o Município de Setúbal tinha feito uma concessão de recolha dos resíduos orgânicos, sendo os mesmos recolhidos nos locais onde havia maior concentração de produção de resíduos orgânicos e o resto ia para as lixeiras. Aquela designação também tinha sido de um ilustre Secretário de Estado, Ministro do Ambiente e Primeiro-Ministro.

Disse que existia uma listagem que tinha sido classificada de aterro naquela lixeira, tendo sido naquele quadro, enquanto responsável no município, que tratar com quem de direito, designadamente a Direção Geral da Qualidade Ambiente para verificar a forma de integrar na Amarsul e a forma como o fazer.

A primeira coisa que tiveram de fazer, passava pelo resgate da COCK (Central de Compostagem), empresa que fazia a exploração da gestão dos resíduos orgânicos, para depois integrar na Amarsul. Posteriormente, terá havido um compromisso por parte da Amarsul em transformar as lixeiras em aterros. Como aquilo “já não tinha ponta por onde se pegasse” encontraram uma forma de intervir naquele espaço e fazer a selagem da própria lixeira com a saída dos gases que se libertavam naquele processo. Tinha sido daquela forma que acabaram com as lixeiras no Município de Setúbal.

O Município de Setúbal tinha um contrato com a empresa “Eco Ambiente”, a qual tinha grandes contentores espalhados pelo concelho onde as pessoas, em vez de depositarem nos contentores dos resíduos iam depositar naqueles grandes contentores. Naquela altura, havia muita construção e as carrinhas que vinham do Alentejo e Algarve depositavam o entulho naqueles grandes contentores, posteriormente a Câmara Municipal fizera o resgate do contrato com a empresa “Eco Ambiente”. Aquele tinha sido o estado com que encontraram o Município no que dizia respeito aos resíduos, era uma história verídica de um Município que não integrara a Amarsul e posteriormente terá integrado nas condições que eram bem diferentes das atuais.

Enquanto os 100% do capital era público, havia diálogo e havia compreensão da parte dos municípios relativamente aos problemas e ao desenvolvimento daquele processo, tendo um plano estratégico para encontrar soluções que não fossem a deposição em aterro. Aquela empresa tinha vivido à custa da deposição em aterro dos resíduos, sendo mau para os municípios e para os munícipes daquela região. Aquilo só seria bom para a empresa que tinha muito poucos custos, porque eram os municípios que iam depositar os resíduos num aterro, cujo terreno tinha sido da propriedade dos municípios e que com a privatização da empresa, a mesma achou que ao longo daqueles anos todos, seria um *maná*, porque os municípios faziam todo o trabalho e eles teriam uma pequena atividade de custos no processo. Significava que não havia um plano estratégico para o sistema da Península de Setúbal, não havia soluções à vista no sentido da valorização de resíduos, o resto seriam programas nacionais, nos quais o Município de Setúbal participava com o envolvimento de mais de 25% da população do concelho.

Disse que se baixassem o valor do tarifário a ser pago pelos munícipes no caso dos resíduos, seria uma forma mais justa de todos os munícipes do concelho pagarem menos, comparativamente à baixa do IMI ou do IRS. Como tinha sido demonstrado no ano anterior, apenas cerca de 30% da população do concelho é que beneficia alguma coisa de baixar o IMI, os outros 75% praticamente não beneficiavam nada. Aquilo que pudessem baixar no tarifário dos resíduos a pagar pelos munícipes, seria uma forma mais justa para a população de todo o concelho e não apenas para alguns.

Mantendo a preocupação que sempre tinha falado e que não se cansaria de falar de que era preciso manter o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, sob pena de poderem hipotecar aquela situação e as consequências de poderem ser generalizadas a todos os munícipes e à atratividade do território, que era muito importante, por essa razão fazia uma proposta, em vez de aumentarem a tarifa em 39%, tal como era imposta pela Amarsul e a ERSAR, cujo o presidente era nomeado pelo Governo, seria um aumento de 29%, sendo a Câmara Municipal a assumir 10% daquele diferencial. A ERSAR era uma entidade reguladora, não pondo em causa a importância do papel das entidades reguladoras, no entanto, os presidentes das entidades reguladoras eram da responsabilidade dos Governos.

Referiu que era uma forma de garantir o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal com muito custo, porque existiam investimentos que a Câmara Municipal tinha de fazer no domínio dos resíduos e para que o próprio sistema de resíduos pudesse evoluir mais positivamente, porque se tratava também de uma questão de saúde pública e para isso, era necessário que as câmaras tivessem capacidade de investimento para não colocar em causa a saúde pública.

Tudo aquilo deveria ser devidamente ponderado, a responsabilidade era de quem tomava as decisões e se não salvaguardassem os mínimos de tarifa que garantissem que o município pudesse investir também na área dos resíduos, designadamente nos equipamentos, nos transportes e nos trabalhadores, certamente que colocariam em causa a saúde pública. Ainda não tinham abordado a componente da saúde pública, que seria substancialmente importante. Aquilo que lhes tinha sido imposto pela Amarsul era que a Câmara Municipal assumisse 10% do tarifário e que a tarifa em vez dos 39% passasse a ter um aumento de 29%. Seria uma posição com ponderação e moderação relativamente a tudo o que estava ali em causa, a saúde pública dos nossos munícipes.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que aquela discussão tinha sido feita de forma séria, no entanto, tinha sido uma discussão feita em cima do joelho. A Câmara Municipal de Setúbal tinha informação já há algum tempo, tendo sido surpreendidos com uma intervenção, na última reunião de Câmara, por parte do senhor Vereador Carlos Rabaçal e o senhor Presidente convocara uma reunião extraordinária, apresentando uma proposta de 39%, mas após toda a discussão terá proposto em vez dos 39%, retirava 10% passando a ser de 29%. Considerou que tudo aquilo deveria ter sido tratado numa reunião privada, escusavam de ter aquela discussão. Na reunião privada o senhor Presidente poderia ter dito que a proposta seria de 29%. Na realidade, apresentaram uma proposta de 39%, do qual a sua bancada fundamentara com base nos 39%, no entanto, já não seria os 39% e passaria a 29%. Significava que se apertassem um pouco mais nos seus argumentos, em vez dos 29% seriam 19%, parecia que estavam em Marrocos a fazer uma negociação, o que não seria o mais correto.

Tudo aquilo deveria ter sido tratado como foram tratados outros processos, numa reunião privada, onde as posições e os argumentos seriam claros e aduzidos os argumentos de ambas as partes poderiam chegar à conclusão que não valeria a pena baixar de 39% para 29% ou para 19%, porque existiam dois modelos de encarar que seriam diferentes, porque era possível fazer de forma diferente.

O senhor Vereador Joel Marques, aquando da sua intervenção demonstrara que seria possível fazer de forma diferente. Os senhores tinham a legitimidade de encarar a gestão autárquica, os Vereadores do Partido Socialista tinham outra forma e aduziram os respetivos argumentos. Aquilo que estava em causa, para além de toda a história que tinha sido feita,

pela argumentação do senhor Presidente e pela argumentação do senhor Vereador Carlos Rabaçal e da senhora Vice-Presidente, os Vereadores do Partido Socialista em parte até estariam de acordo, o qual tinha sido transmitido pelo senhor Vereador Joel Marques.

No entanto, aquilo que estava em causa na proposta era saber se aquele aumento iria ter reflexos sobre os setubalenses, numa fase difícil que todos estavam a passar, de um reflexo principalmente de uma invasão criminosa da Ucrânia, depois de uma pandemia, depois de uma inexplicável crise política, estavam a viver um momento difícil e as famílias de Setúbal não fugiam à regra. Aquilo que estava em causa era saber se a Câmara Municipal de Setúbal iria suportar aquele aumento ou se iria refletir esse aumento sobre os setubalenses, por muitos argumentos e por muitas propostas que pudessem ser levadas ao Governo ou ao Partido Socialista.

Naquele sentido, os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta e o senhor Presidente apresentara outra proposta da qual não tinham conhecimento, que poderiam ter discutido em reunião privada, podendo o assunto ter sido abordado de forma diferente. Pelos argumentos devidamente conhecidos o senhor Presidente deveria colocar à votação as duas propostas, a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista nos termos do Regimento, uma proposta de alteração e depois colocar a proposta apresentada pelo senhor Presidente ou vice-versa.

Disse que tinham percebido aquilo que tinha sido dito pelo senhor Presidente e pelo senhor Vereador Carlos Rabaçal, estando em causa saber se os 39% iriam bater na fatura dos setubalenses, se a fatura dos setubalenses não iria ter o reflexo de 39% ou se os Serviços Municipalizados iriam suportar aquele diferencial.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que aquilo que pretendiam fazer seria a manutenção da limpeza da cidade, torná-la digna e em condições de ser usada pelos setubalenses e por quem os visitava, com segurança em termos de saúde pública, sendo que haveria vários caminhos para se concretizar.

A forma como tinha sido colocada aquela matéria pelo senhor Vereador Fernando José não a iria qualificar para não ficarem aborrecidos, no entanto, a questão colocada era errada, porque em qualquer circunstância o trabalho dos resíduos ir-se-ia repercutir nos setubalenses, com ou sem aquele aumento, porque era do orçamento da Câmara que era constituído pelos setubalenses, que iria ser pago os resíduos em alta e era com o dinheiro da Câmara que estavam a ser feitas coisas para os setubalenses, significava que aquele aumento iria ser sempre repercutido nos setubalenses. O orçamento municipal era construído pelos impostos dos setubalenses e aquela seria a forma mais direta, mais clara, mais direcionada e mais perceptível do que estariam a tratar, podendo ajudar com uma maior clareza para os setubalenses, na criação de um movimento de opinião à volta daquela matéria, porque era uma matéria que estava a ficar insuportável e os setubalenses estavam sempre a pagar.

Sr. Presidente – Disse que iriam passar à votação das propostas, solicitando ao senhor Vereador Joel Marques que dissesse qual seria a sua proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Presidente que a proposta dos Vereadores do Partido Socialista seria, onde se lia: “39%”, deveria ler-se “*uma atualização de 5,9%*”, significava o valor do índice de preços do consumidor e que seria também aquilo que a ERSAR em primeira instância apresentara como proposta de alteração tarifária.

Em termos financeiros refletia-se num aumento da receita na ordem dos cento e noventa e três mil e quinhentos euros, ao invés daquilo que seria um milhão duzentos e setenta e oito mil euros, que decorria da proposta, sendo que, em função daquilo que tinha sido a proposta apresentada pelo senhor Presidente, aquele valor de um milhão duzentos e setenta e oito mil euros também ficaria prejudicado, sendo importante perceberem o que aquilo significaria em termos de acréscimo de receita, em termos de acréscimo de cobrança aos municípios.



Sr. Presidente – Disse que enquanto o senhor Vereador Joel Marques falava de receita, da sua parte a penas via despesa, não sabia como falava de receitas, quando estavam a falar de um aumento de tarifário de 39% e o senhor Vereador Joel Marques colocara um aumento de 5,9%. Como referira o senhor Vereador Carlos Rabaçal, de uma maneira ou de outra alguém iria pagar, quem pagava era a Câmara, quem pagava eram os municípios.

A questão central passava pelo equilíbrio das contas do Município, porque se não fosse assim iria colocar em causa a capacidade da Câmara Municipal de dar resposta às necessidades dos municípios. Quando aumentavam 5,9% da tarifa, ficando de fora cerca de 34% e os 34% alguém iria pagar. Caso a proposta fosse aprovada iria pagar o orçamento da Câmara, significava que se iria refletir naquilo que a Câmara Municipal tinha capacidade de serviços a prestar aos municípios e seria tudo aquilo que iria estar em causa.

Aquela era a questão, que seria importante que todos percebessem, quando estavam a colocar num lado tiravam do outro. Quem iria pagar tudo aquilo seriam as câmaras municipais ou os municípios, como se retirava o dinheiro do orçamento da Câmara Municipal certamente que teria consequências nos municípios, o desvio ia sempre parar ao mesmo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que no decorrer da intervenção do senhor Presidente terá percebido que o senhor Presidente sabia por que razão estariam a falar de receita, porque estariam a falar de um aumento do valor que seria cobrado aos setubalenses. Os 5,9% decorria daquilo que era o índice de preços no consumidor, o valor da inflação e seriam uma equiparação àquilo que era a proposta de atualização tarifária inicial da ERSAR e que constava da documentação que lhes tinha sido enviada e da qual o senhor Presidente também tinha tido oportunidade de analisar. O valor dos 5,9% tinha uma origem que era clara. Estavam a falar de receita, porque sempre estiveram ao longo de toda aquela discussão a falar de aumentar um valor que seria cobrado aos setubalenses.

Sr. Presidente – Disse que a proposta do Partido Socialista na Câmara Municipal de Setúbal ficava 20% abaixo de qualquer município da Península de Setúbal no aumento do tarifário. Seria algo interessante, sendo que depois fariam a análise caso a proposta viesse a ser aprovada.

Referiu que tinham de apresentar a proposta com um aumento de 39%, porque o aumento que lhes tinha sido imposta era de 39%. Cabia à Câmara discutir e avaliar aquele valor, não podendo apresentar uma proposta diferente daquela, caso contrário não discutiriam o essencial daquilo que estaria em causa. Disse que estaria em causa que alguém iria pagar os 39%, que seria pago pela Câmara ou pelos municípios, por essa razão tinham de apresentar aquela proposta, ao contrário do entendimento do senhor Vereador Fernando José.

Disse que as coisas deveriam ser claras e transparentes, era preciso que as pessoas tivessem em conta os valores e aquilo que estaria em causa era uma proposta de 5,9%, certamente que todos assumiriam as suas responsabilidades daquilo que estava em causa.

De imediato iria colocar à votação a proposta do Partido Socialista.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Questionou o senhor Presidente se iria colocar aquela proposta a votação, uma vez que existia ainda uma outra proposta que era dos 29% e questionou se a mesma iria ser votada. Disse que estava seguindo com muita atenção toda a argumentação e todo o debate que tinha sido feita à proposta dos 39%. Confirmou se iriam começar pela proposta do Partido Socialista.

Sr. Presidente – Disse que iriam começar a votar pela primeira proposta que tinha sido apresentada.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Sabia que na última análise eram sempre os setubalenses que pagavam, mas perante algum argumentário tinha ficado com aquela ideia do “poder popular”. Seria interessante um referendo, só que iria demorar tempo e não seria oportuno, no sentido de perguntar aos setubalenses como preferiam pagar, se seria de uma maneira ou de outra.



Disse que, ainda, era do tempo de lutarem pelo “poder popular” e ouvira naquele espaço algumas coisas que lhe trouxera alguma saudade daquele tempo. Talvez aquele tempo os ajudasse ainda a safar a democracia.

Sr. Presidente – Disse que havia muita gente que estaria esquecida daqueles tempos.

De imediato colocou à votação a proposta apresentada pelo Partido Socialista, do aumento do tarifário ser de 5,9%, em vez dos 39% que lhes tinha sido imposto pela Amarsul no aumento das tarifas.

Colocada a votação foi a proposta rejeitada com 7 votos contra, sendo 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 votos a favor do PS.

Sr. Presidente – Disse que se tivessem aprovado aquela proposta, seria um atentado que estariam a fazer a Setúbal. Certamente que mais tarde iria falar sobre aquele assunto.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votei contra esta proposta, porque, o que o PS fez aqui foi uma encenação, apresentando uma proposta, de um suposto índice preço do consumidor que nunca existiu, que apenas corresponde a uma afirmação de julho de 2022 da ERSAR que estimaria, de acordo com o Banco de Portugal, que em 2022, o índice de preços no consumidor seria 5,9%, mas que nunca se veio a verificar e foi muito superior. A mesma ERSAR, considerando que deviam ser as tarifas atualizadas e a base de atualização deveria ser este valor, depois decidiu atualizar a tarifa de deposição em aterro na Amarsul em 39%. Neste momento temos todos a capacidade e devemos todos fazer propostas, mas as propostas têm de ter uma base, têm que ter um racional político e económico e não uma encenação, como a que aqui acabou de ser feita pelo Partido Socialista em Setúbal.”*

Sr. Vereador Paulo Calado – Fez a seguinte declaração de voto: *“O nosso voto contra, tem por base várias razões, uma delas já foi aqui referido, o facto do preço do índice dos consumidores não ser o que foi aqui apontado, mas todos somos livres de fixar e de propor, como já aqui foi debatido várias vezes, os valores que entendermos. Mas, acima de tudo, porque estamos a verificar aqui, já não é a primeira vez que isso acontece, uma deriva populista que pretende obter ganhos no curto prazo, com mensagens enganadoras, que o PSD já teve o cuidado de desmontar em recente declaração pública.*

Relativamente ao tema em si, consideramos que esta questão não está ainda devidamente estudada, não está ainda devidamente fundamentada, é uma matéria que necessita de mais considerações para fazermos aumentos, que têm uma repercussão direta sobre os setubalenses.”

Sr. Presidente – Disse que compreendia que aqueles assuntos fossem muito delicados, porque incidiam os custos sobre os munícipes, mas não poderiam continuar a protelar a decisão sobre aquela matéria, porque não estavam a cumprir o dever que a Câmara Municipal tinha em tomar uma decisão urgente sobre aquela matéria, por essa razão decidiram tomar aquela decisão, tendo discutido inicialmente numa reunião ordinária, marcando para o efeito uma reunião extraordinária, pelo que não fazia sentido protelarem aquela decisão.

De imediato colocou à votação a proposta apresentada pela CDU. Em vez de aplicarem os 39% no aumento da tarifa dos resíduos que lhes era imposto pela Amarsul e com o apoio da ERSAR, aplicariam uma tarifa de apenas 29%, porque seria muito mais justo que aqueles 10% fossem repartidos por toda a população do concelho. Seria mais justa aquela distribuição do que a distribuição quando baixavam o IVA ou o IRS, que como bem sabiam eram sempre os mesmos a serem os mais penalizados. Ao terem de baixar 10% no aumento da

tarifa, abrangeria todos os setubalenses, pelo que seria mais justo, daí a apresentação daquela proposta, em reduzir em 10% na tarifa.
De imediato colocou à votação a proposta.

Sr. Vereador Joel Marques – Para uma clarificação, questionou o senhor Presidente se estariam a votar 10% na redução da tarifa ou se seria um aumento de 29% na tarifa.

Sr. Presidente – Disse que estavam no período da votação.

Sr. Vereador Joel Marques – Informou o senhor Presidente, que precisamente por essa razão seria importante o esclarecimento.

Sr. Presidente – Disse que as votações não seriam interrompidas e que tinha explicado no início que a proposta que estava em cima da mesa seria de 39%, no entanto, iriam baixar em 10% relativamente aos 39%.

Sr. Vereador Joel Marques – Significava que seria um aumento de 29% aquilo que estaria a ser votado. Seria importante que o senhor Presidente o dissesse de forma clara.

Sr. Presidente – Disse que percebia aqueles artifícios da bancada do Partido Socialista, que já não seria nenhuma surpresa.

O que tinham como proposta era um aumento de 39%. A proposta que estaria a fazer naquele momento seria de uma redução de 10%, tal como o senhor Vereador tinha feito uma proposta de um aumento de 5,9%, o qual estaria a falar de uma redução.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não tinham feito uma proposta de redução de 34%, mas fizeram uma proposta de aumento de 5,9%.

Sr. Presidente – Disse que a proposta que estavam a votar era uma proposta de redução de 10% relativamente à proposta que inicialmente tinha sido distribuída pelos Vereadores.

Sr. Vereador Fernando José – Para clarificar, questionou se aquilo que estariam a aprovar seria 29% e não 39%.

Sr. Presidente – Disse que estariam a aprovar 29%, menos 10% da proposta inicial.

Sr. Vereador Fernando José – Confirmou se seriam os 29%.

Sr. Presidente – Disse que a proposta seria de baixar de 39% para 29% a tarifa a aplicar ao sistema tarifário dos resíduos.

O senhor Presidente colocou a proposta de alteração a votação, a qual foi rejeitada, com 5 votos a favor da CDU e 6 votos contra, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto: *“Aquilo que nos foi apresentado e que acabámos de votar, não foi uma proposta de redução de 10% sobre absolutamente nada, foi uma proposta alternativa àquilo que nos foi apresentado, uma proposta alternativa à discussão que aqui fizemos, foi uma proposta de aumento de 29% da tarifa, em vez de um aumento de 39%, que foi aquilo aqui discutido. Fazendo minhas as palavras do senhor Vereador Ricardo Oliveira, foi uma encenação aquilo que hoje decorreu. Tivemos desde as 7 da tarde, são neste momento, 21h20, estivemos mais de 2 horas a discutir uma proposta de aumento de 39%, apenas para que o senhor Presidente pudesse na última intervenção de discussão fazer uma proposta de alteração para 29%, para conseguir construir ou argumentar de que não está a aumentar, está a fazer uma redução da tarifa.*

Senhor Presidente deixe-me que lhe diga é absolutamente falso. Aquilo que nós aqui votámos, aquilo que o senhor Presidente aqui nos propôs foi um aumento de 29%.

Sr. Presidente – Disse que uma declaração de voto era uma coisa que estaria bem definida. A questão de falar de falsidades, não seria da sua parte. A proposta que inicialmente tinha sido apresentada era de 39% e aquilo que aprestou posteriormente, explicando por duas vezes as razões por que reduzia 10%, assim como os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta de um aumento apenas de 5,9%. No momento adequado teriam oportunidade de explicitar melhor o que aquilo significaria, no entanto, tudo aquilo seria uma forma de obstaculização à gestão da CDU na Câmara de Setúbal, por iniciativa do Partido Socialista. Quando aquelas coisas estavam em causa, naturalmente que haveria quem avaliasse aquelas situações.

Sr. Vereador Paulo Calado – Disse que a sua declaração de voto seria uma pequena intervenção, dado que o senhor Presidente iria propor à votação: *“Votámos contra pelas mesmas razões aduzidas relativamente à proposta do Partido Socialista, mas considero que, a partir do momento em que alterou a percentagem dos 39% para os 29%, não teriam que votar a proposta dos 39%, porque já propôs a alteração. Se quiser votar, podemos votar, mas não é necessário.”*

Sr. Presidente – Disse que era preferível fazerem as coisas como deveria ser. A proposta que tinha ido a reunião da Câmara era de 39%, as bancadas apresentaram alterações às propostas, fizeram as votações de alteração. Dado que as propostas de alteração não vingaram, independentemente de tudo, existia uma proposta que não tinham votado, por essa razão essa proposta deveria ser votada.

Tendo em conta que havia uma proposta que não tinha sido votada, que tinha ido inicialmente para apreciação na reunião de Câmara, de um aumento tarifário de 39%, colocou a proposta a votação.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido rejeitada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 votos contra, sendo 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

Sr. Presidente – Disse que se deveria cumprir as regras dos processos, não era jurista, no entanto, as regras deveriam ser cumpridas. Por decisão da maioria da Câmara não iria haver alteração ao tarifário, a Câmara iria continuar a assumir todos os custos daquela operação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votei a favor de uma proposta que permitisse estabilizar e garantir o normal funcionamento dos Serviços Municipalizados na área da recolha e dar capacidade à Câmara de assumir a responsabilidade do tratamento junto da Amarsul, porque entendo que isso criaria melhores condições para garantir que a cidade se mantenha uma cidade brilhante, como é neste momento, limpar, que recebe bem as pessoas, uma cidade saudável e que cria condições de saúde pública para todos os que cá vivem e que nos visitam.*

Apesar do chumbo desta proposta e da retirada efetiva de meios e recursos para trabalhar, vamos fazer tudo o que for possível para garantir que não regressamos aos maus tempos, para esquecer os anos 21, em que a cidade de Setúbal era considerada a capital de distrito mais suja do país. Parece ser que alguém tem saudades disso, nós vamos continuar a trabalhar para garantir que tudo se mantenha com a qualidade e a referência que Setúbal hoje tem.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Fez a seguinte declaração de voto: *“Como setubalense nunca tive o mais pequeno ressentimento e nunca me senti aviltado, nunca me senti enojado, nunca me senti como alguns outros já têm dito inclusivamente na Assembleia Municipal, nenhuma*



vergonha de Setúbal e quero reafirmar isso agora. Quem vem de fora, pode dizer o que quiser, mas nós setubalenses amamos a nossa cidade, sabemos que às vezes não está bem gerida, às vezes tem os seus defeitos, mas Setúbal é Setúbal e quem não a sabe interpretar, que se lixe.”

Sr. Presidente – Disse que as declarações ficavam com quem as fazia.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram vinte e uma horas e vinte e nove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

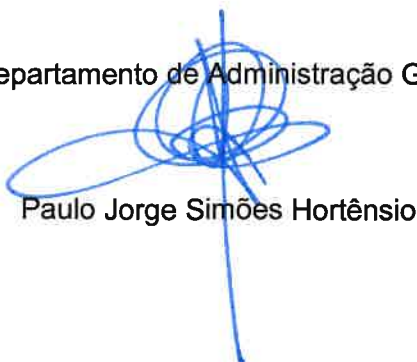
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 4 de outubro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 22 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Vítor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
Paulo Hortênsio